



CONSERVADORISMO, BANCADA RURALISTA E INDÍGENAS

Conservatism, ruralist bench and indigenous

Elizângela Cardoso de Araújo Silva*



RESUMO

O artigo tem como principal objetivo a análise da atuação contemporânea da Bancada Ruralista no Congresso Nacional como uma expressão singular do avanço do conservadorismo na política brasileira. Trata dos principais desdobramentos dessa conjuntura para a relação entre Estado e questão indígena. Discute sobre os desafios dos povos originários para o enfrentamento do conservadorismo nos processos de resistência de luta pela terra. A partir de pesquisa bibliográfica e documental (com o uso da técnica de análise de discurso), realiza-se a interpretação de expressões do conservadorismo em instâncias peculiares da esfera institucional da política brasileira. A constituição da Bancada Ruralista tem na base de sua atuação o projeto da classe dominante que atinge objetivamente as condições de vida dos povos indígenas, com a regressão de direitos e o acirramento dos conflitos no campo.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo. Bancada Ruralista. Povos Indígenas.

ABSTRACT

The article has as main objective, the analysis of the contemporary performance of the Ruralist Bench in the National Congress as a singular expression of the advance of conservatism in Brazilian politics. It deals with the main developments of this conjuncture for the relationship between the State and the indigenous issue. It discusses the challenges of the native peoples to the confrontation of the

* Indígena da etnia Pankararu (Pernambuco, Brasil). Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS/UFPE, Recife, Brasil), coordenado pela Professora Dra. Maria das Graças e Silva. UFPE: Av. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitaria, Recife (PE), CEP.: 50670-901. E-mail: <elicardosoaraujo17@gmail.com>.

conservatism in the processes of resistance of fight for land. From bibliographic and documentary research (using the technique of discourse analysis), is performed the interpretation of expressions of conservatism in peculiar instances of the institutional sphere of Brazilian politics. The constitution of the Bancada Ruralista has on the basis of its performance, the project of the ruling class that objectively reaches the living conditions of indigenous peoples, with the regression of rights and the intensification of conflicts in the countryside.

KEYWORDS

Conservatism. Ruralist Bench. Indigenous Peoples.

Submetido em: 30/9/2017.

Aceito em: 13/11/2017.

INTRODUÇÃO

Uma postura “conservadora” avança nas relações políticas contemporâneas e em instituições do Estado brasileiro como o Congresso Nacional. No que se refere à abordagem do tema aqui proposto, essa constatação é feita particularmente a partir da leitura de posicionamentos e discursos lesivos à continuidade da própria vida dos povos indígenas no Brasil.

Fica evidente que o discurso e a atuação de parlamentares representantes da classe dominante facilitam a ampliação das formas predatórias do capital de exploração de recursos naturais pelos grandes empreendimentos do agronegócio. Isso se dá pelas diferentes investidas ideológicas em diversas instâncias sociais e pela atuação sistemática da Bancada Ruralista (BR) no Congresso Brasileiro. Esse processo está associado a outras estratégias, como a reestruturação de órgãos voltados à administração e execução da política indigenista no Brasil.

Este artigo resulta de pesquisa bibliográfica e documental. Utiliza-se a técnica de *análise do discurso*¹ na caracterização de estratégias² da Bancada Ruralista na conjuntura brasileira no intervalo de 2016 até o primeiro semestre de 2017.

1 A técnica de “Análise do discurso” permitirá, mesmo que de forma breve neste texto, a interpretação do significado ideológico de declarações públicas disponíveis nos documentos consultados (vídeos e jornais). Segundo Chizzotti (2013, p. 121), há uma tendência [crítica] que “[...] pressupõe o discurso enquanto situado em um contexto sócio histórico e considera que ele só pode ser compreendido se relacionado com processo cultural, socioeconômico e político nos quais o discurso acontece crivado pelas relações ideológicas e de poder”. Considera-se que esse é um recurso útil para interpretação das declarações selecionadas para este trabalho.

2 O que chamo de estratégias são investidas objetivas dos parlamentares da BR no sentido de obter mudanças nas leis e influências nas decisões do executivo favoráveis aos interesses do agronegócio.

Será analisado o sentido político de investidas incisivas³ de representantes da Bancada Ruralista⁴ em declarações sobre os povos indígenas do Brasil a partir de uma seleção de falas de sessões do Congresso Nacional (sessões de comissões parlamentares e sessões ordinárias do Senado e da Câmara) registradas em vídeos e jornais disponíveis na internet. Bem como serão analisados declarações e conteúdos de entrevistas de um ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁵ (2017) por considerar que são emblemáticos de instituições tradicionalmente conservadoras do Estado brasileiro⁶.

Foram selecionados recortes textuais que são contextualizados e interpretados sob o prisma da teoria social crítica. Esse referencial possibilitou apreender elementos ideológicos próprios das contradições da sociabilidade capitalista.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSERVADORISMO

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa (IASI, 2015, não paginado).

A análise do surgimento, do desenvolvimento histórico e das diversas formas ideológicas do pensamento conservador é uma tarefa grandiosa. Exige a recuperação de sua origem, suas implicações na esfera política e econômica da vida social, os principais pensadores e correntes de pensamento. Para atender o principal objetivo deste artigo, o recorte de análise aqui proposto restringir-se-á a uma

3 Declarações frequentes nos espaços de discussão e deliberação do legislativo e executivo.

4 Foram selecionados e enfatizados dois casos de falas e posições de parlamentares: uma senadora do PMDB, ex-ministra da agricultura do governo Dilma Rousseff (2014–2016), ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e de um deputado (PMDB-SC) e 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) eleito em 19/07/2017.

5 Um pastor evangélico do Partido Social Cristão (PSC) assumiu a presidência da FUNAI em janeiro de 2017 e foi exonerado em maio de 2017.

6 “Ao longo de quase 50 anos (de 1967 a 2017) passaram pela FUNAI 40 presidentes”. Entre esses, 7 eram oficiais das forças armadas (coronéis, generais, sargentos, entre outras modalidades), concentrando-se especialmente nos primeiros anos da FUNAI, período da Ditadura Militar [entre 1967 – 1985] (Galeria dos presidentes da FUNAI. Povos Indígenas no Brasil, 2017. Portal do Instituto Socioambiental – ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org>>).

breve abordagem, a partir de Leila Escorsim Netto (2011), Carlos Nelson Coutinho (2011), Jamerson Anunciação Souza (2016) entre outros autores, das principais características históricas, tendências e expressões contemporâneas do conservadorismo e sua nova roupagem no contexto brasileiro.

Os autores já citados analisam as transformações que marcam o processo de transição entre a “Idade Antiga” da humanidade e a modernidade, permeadas por um confronto entre sistemas de ideias. Os processos revolucionários vividos pelo Velho Mundo envolveram a intensa participação e interlocução entre ideias produzidas e ressignificadas no campo da filosofia, da política e da economia. Desse modo, as grandes descobertas científicas, acompanhadas de grandes transformações tecnológicas, também foram regadas pelo surgimento de ideias revolucionárias sobre a humanidade e a sociedade.

As mudanças que estavam na base do desenvolvimento capitalista em termos mundiais enfrentaram resistências ideológicas. De acordo com Coutinho (2011), o “pensamento conservador moderno” e “reacionário” presente nos defensores do Antigo Regime nasce no processo de reação ao Iluminismo e às consequências da Revolução Francesa. Há também outra modalidade que surge como oponente ao movimento revolucionário francês que se posiciona em defesa do absolutismo. Essa é a corrente do “conservadorismo *liberal*” e tem como principal representante Edmund Burke⁷.

O conservadorismo ganha novas expressões e novo significado no contexto de mudanças vividas pela classe trabalhadora no final da primeira metade do século XIX, quando seus principais inimigos passam a ser os “revolucionários democráticos-populares” e os “movimentos socialistas do proletariado”. “Depois da revolução de 1848 – quando o proletariado se apresentou pela primeira vez, como classe para si, oposta à burguesia – o conservadorismo ganha novas características” (COUTINHO, 2011, p. 10).

⁷ De acordo com Netto (2011) há um consenso entre os estudiosos do conservadorismo quanto à “localização” do seu surgimento: ele surge a partir da Revolução Francesa como “[...] uma resposta reativa a tudo que a Queda da Bastilha sinalizava” (NETTO, 2011, p. 38). Ou seja, o conservadorismo foi em sua origem uma defesa do Antigo Regime e, especialmente, do catolicismo. No entanto, com o desenvolver da história, surgem novas expressões do conservadorismo para atender novos interesses de classe.

Conclui-se, a partir de Coutinho, que o conservadorismo assume diferentes faces no decorrer da história, transitando também no campo da ciência, da postura baseada na fragmentação da teoria social, abandono do historicismo e da totalidade (Durkheim como principal representante nas ciências sociais) para uma postura irracionalista caracterizada por “uma mítica transmutação de valores”.

Coutinho chama a atenção para a importância de uma crítica a uma postura histórica que tentou negar a natureza conservadora do neoliberalismo contemporâneo. Embora representantes, como Hayek, tenham tentado defender-se como não conservadores, havia, uma suposta postura reformista que pretendia ocultar um “[...] novo pensamento conservador” (COUTINHO, 2011, p. 10). Importante destacar o principal ponto apresentado por Coutinho no prefácio do livro de Netto (2011), quando chama a atenção para a presença da forma clássica, em versões contemporâneas do conservadorismo.

Netto (2011) destaca que o conservadorismo sofre diversas transformações no decorrer do tempo, assumindo diferentes significados e funções na sociedade. Por essa razão e por ganhar tantas ramificações ideológicas, este é um tema tão complexo de ser analisado. Porém, busca-se aqui, apresentar uma síntese histórica do pensamento conservador e um breve panorama de suas tendências (NETTO, 2011).

É com a Revolução Industrial que a burguesia opera a “conquista da hegemonia econômica e social” baseada em uma nova cultura e um novo poder econômico com as características do racionalismo, autonomia individual, valorização da experiência controlável entre outras referências próprias do desenvolvimento científico e da vida moderna. No entanto, ocorre uma alteração no papel histórico da burguesia⁸:

Cumprida sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses

⁸ “O pensamento conservador é uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa” (NETTO, 2011, p. 41).

da sociedade [...] e é levada à defesa dos seus estritos interesses particulares. O progressismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (NETTO, 2011, p. 46).

Netto (2011) ressalta que há uma refuncionalização da cultura moderna para atender aos interesses da burguesia, eliminando os conteúdos subversivos dessa cultura, especialmente os que estavam vinculados a uma *dimensão emancipadora*. Como afirma a autora, “[...] o pensamento conservador é originalmente, *restaurador e antiburguês*” (Netto, 2011, p. 46). No entanto, esse sentido se transforma e passa de *antiburguês* para antirrevolucionário. Assume como eixo central, uma postura *contrarrevolucionária*, contra o novo protagonismo revolucionário tanto no campo da política, da economia, como no campo da ciência que passa a atuar em defesa da ordem burguesa.

Toma-se, neste artigo, a ideia de conservadorismo apresentada pela tese de Souza (2016, p. 13): “[...] conservadorismo tomado como ideologia, como tradição de pensamento e ação fundada na modernidade e atuante na contemporaneidade”.

A análise do Conservadorismo Moderno feita por Souza (2015) apresenta uma divisão cronológica entre o conservadorismo clássico e o moderno:

[...] o conservadorismo clássico pode ser identificado entre 1789 e 1914. Esse período histórico coincide com o intervalo entre dois grandes marcos: vai da Revolução Francesa até o início da Primeira Guerra Mundial. Seu fôlego final converge no desfecho do pensamento de Émile Durkheim. A partir de finais da década de 1910 até 1960-70 seria admissível supor como período de formação do pensamento conservador moderno. A partir daí, ocorrem mudanças sensíveis. Exponentes de distintas áreas do saber elaboram sistemas totalizantes de explicação da vida social (SOUZA, 2015, p. 204).

No decorrer da história, o conservadorismo passa por transformações que chegam a realizar aproximação, inclusive, com o pensamento liberal (SOUZA, 2015). No contexto contemporâneo, “[...] o conservadorismo ganha uma dimensão assombrosa na

conjuntura de avanço do neoliberalismo entre 1970 e 1980” (NETTO, 2011, p 18). Seguindo esta reflexão, Netto reforça ainda que atinge diferentes setores da sociedade, intelectuais e massas, configurando-se como uma tendência conservadora ao lado de ofensivas neoliberais com característica de um conservadorismo clássico.

Como afirma Souza (2015) “[...] [a] consolidação do estágio monopolista de reprodução do capital [...] é o cenário histórico (real) de contradições que requisita, dos ‘neconservadores’ de então, novas bases ideológicas” (SOUZA, 2015, p. 205).

Areconciliação do conservadorismo com o liberalismo completou-se na incorporação da ideia de que o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo. Daí em diante, o mercado livre passa a ser visto como portador e fundador das possibilidades de explicitação das capacidades humanas. Os (‘neo’) conservadores se adiantaram, desde então, ao trabalho de recuperar na tradição conservadora clássica, todos os indícios que poderiam aproximar Edmund Burke a Adam Smith. Realizada essa tarefa, tornou-se possível reclamar os princípios liberais com a rubrica da tradição conservadora, acrescida da força da tradição liberal (SOUZA, 2015, p. 218).

Os argumentos construídos por Souza (2015; 2016) apresentam-se como fundamentais para entender as transformações do conservadorismo e suas expressões contemporâneas na realidade brasileira:

É possível afirmar que o conservadorismo moderno, em linhas gerais: (i) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo ‘presentista’; (ii) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; (iii) o conservadorismo moderno também hiperdimensiona [...] o saber prático; (iv) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (v) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (vi) engrossa a fileira

da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as ‘mudanças necessárias’, sem recair nas variadas formas de ‘totalitarismo’ (SOUZA, 2015, p. 219).

O autor conclui com apontamentos ainda mais relevantes sobre os desafios para o enfrentamento das novas faces do conservadorismo no contexto contemporâneo “[...] os traços que se acentuam do sistema de ideias conservador são, precisamente, aqueles mais à direita (SOUZA, 2015, p. 220)”.

Para entender a particularidade da realidade brasileira, este artigo apoia-se na tese de Jamerson Murillo Anunciação de Souza (2016): *Tendências Ideológicas do Conservadorismo*. O conservadorismo desenvolve-se historicamente como “sistema de ideias”. Conforme a análise do autor, determinados fenômenos contemporâneos possuem um “conteúdo conservador (ou até mesmo reacionário)”. Esse é o sentido de:

[...] determinados fenômenos e movimentos de caráter político-cultural que se intensificam na cena brasileira contemporânea, a exemplo de manifestações aproximadas a ideias integralistas, fascistas, neonazistas, xenofóbicas, racistas [...] (SOUZA, 2015, p. 200).

No entanto, Souza afirma que devemos ter cautela ao afirmar que tais fenômenos derivam “imediate e espontaneamente do conservadorismo (como sistema de ideias) clássico e moderno” (SOUZA, 2015, p. 200). Suspeita-se, provisoriamente, de que esses fenômenos tenham uma relação direta com a “extrema direita”. Conclui o autor que pode não haver diretamente uma identidade entre “[...] pensamento conservador moderno e fenômenos políticos de ‘extrema direita’ na contemporaneidade” (SOUZA, 2015, p. 201). Essa é uma questão em destaque que demanda cautela.

A pesquisa de Souza é um referencial importantíssimo para interpretação da expressão conservadora de dimensão político ideológica da luta de classes do cenário brasileiro, especialmente na configuração da relação contraditória entre Estado e indígenas.

CONSERVADORISMO, BANCADA RURALISTA E POVOS INDÍGENAS

“Fazendas são invadidas por índios em Mato grosso do Sul”⁹.

“A questão mais problemática do mundo rural hoje é a questão indígena”¹⁰

“Invasão dos índios! Só se passar por cima do meu cadáver”¹¹.

“Vou começar a dar o direito de se defender com armas”¹².

“Nós já tivemos um dia o MST, depois nós tivemos o código Florestal e agora a questão indígena. Não queremos medalhas pelo PIB, não queremos subir no pódio pelo PIB, nós só queremos paz”¹³.

Na primeira linha de citações, temos o título de uma notícia de um jornal, em seguida, frases de parlamentares da Bancada Ruralista brasileira, considerada aqui como expressão singular do conservadorismo na conjuntura contemporânea. Essas declarações fazem parte do mote deste tópico, onde será realizada uma síntese da constituição e dos principais interesses da Bancada Ruralista no Congresso Brasileiro enquanto postura abertamente conservadora, defensora do direito absoluto à propriedade privada, dos interesses do agronegócio e contrários ao avanço e consolidação dos direitos indígenas. Para isso, nos apoiamos nas sistematizações de Bruno et al. (2009), Simionato e Costa (2012) para analisar o tema em questão.

Para iniciar a análise das características do conservadorismo na política brasileira, destaca-se a pesquisa de Souza (2016). O autor parte da conjuntura de 2010 demonstrando que essa tendência se expressa objetivamente na política brasileira, entre outras formas, na constituição dos discursos cotidianos institucionais e na configuração do quadro parlamentar, como é o caso das bancadas “religiosas”, “ruralistas” e “armamentistas”:

Do ponto de vista político, no Brasil dos anos 2010, o conservadorismo aparenta estar acumulando

9 Destaque de Matéria exibida pelo Globo Rural em 11/11/2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2946601/>.

10 Fala de uma senadora da BR na Comissão Agricultura Reforma Agrária – CRA. Vídeo publicado em 11 de abril de 2013, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aKmoT54AUyI>.

11 Fala de parlamentar da BR em sessão de comissão parlamentar na apresenta no Documentário “Martírio” (2016). Direção de Vincent Carelli. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5zVzRAiDR78>.

12 Fala de um parlamentar da BR em sessão de comissão parlamentar na apresenta no Documentário “Martírio” (2016). Direção de Vincent Carelli. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5zVzRAiDR78>.

13 Fala de uma senadora da BR em sessão plenária apresentada no Documentário “Martírio” (2016). Direção de Vincent Carelli. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5zVzRAiDR78>.

forças para disputar a hegemonia nas relações sociais capitalistas. Entre as expressões políticas cotidianas desse acúmulo de forças, está a ascensão da chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”, dos bancos e dos “cartolas do futebol”, uma forma popular de designar o **aumento de parlamentares representantes de setores tradicionais das classes dominantes brasileiras, tais como as oligarquias rurais (conhecidos como “ruralistas”)** e a alta burguesia industrial, ambos subsumidos ao grande capital internacional (SOUZA, 2016, p. 34, grifo nosso).

A Bancada Ruralista (BR) constitui-se como amplo grupo político que atua na esfera parlamentar buscando intervenções determinantes para mudanças nos processos regulatórios e nas decisões do poder executivo e judiciário, no que se refere à proteção dos interesses do agronegócio e das formas de avanço do capital no campo, comandado pelas mãos dos latifundiários e do patronato rural. A bancada constitui-se com a presença de ruralistas em partidos políticos, que são eleitos parlamentares e passam a intervir sistematicamente em negociações e formação de alianças com objetivos de intervenções nos processos de votação no poder legislativo como ressaltam Simionato e Costa (2012). Práticas apoiadas pela ação *lobista*, com vistas a assegurar a ampliação do seu poder e influência no Congresso Nacional.

A pesquisa de Simionato e Costa (2012) indica que:

[...] na atuação da Bancada Ruralista ocorre a prevalência de um projeto que beneficia os setores mais capitalizados da sociedade, os quais se utilizam do Estado como meio de cooptação de lideranças políticas para fortalecer o poder das classes dominantes [...] (SIMIONATO; COSTA, 2012, p. 215).

No Congresso Nacional Brasileiro há uma tendência à existência de “bancadas temáticas”, segundo Simionato e Costa (2012, p. 217), organizadas para além de partidos políticos, que representam interesses de setores específicos de classe da sociedade. Ou seja, revela-se ali a face das formas de “presença” e natureza da atuação de tais sujeitos representantes por dentro da “estrutura estatal”.

Os setores ruralistas passam a garantir espaços, por meio de processos eleitorais, no Parlamento Brasileiro e a atuar arduamente

em prol dos seus interesses. “O surgimento da Bancada Ruralista no Congresso Nacional dá mais uma demonstração de como os grupos dominantes utilizam-se do espaço do Estado para perpetuar-se no poder” (SIMIONATO; COSTA, 2012, p. 217).

Não é recente a exploração do capital no campo brasileiro. Temos uma formação social e histórica baseada na concentração e exploração de grandes extensões de terra que constituíram o latifúndio e a produção predominantemente agroexportadora baseada na exploração da mão de obra escrava. Ou seja, a presença e a dominação patronal rural dos grandes proprietários e empresários rurais fazem parte da própria constituição histórica das relações sociais no Brasil, como bem explicaram grandes intérpretes brasileiros, como Caio Prado Júnior na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Severino (2009) analisa muito bem a construção de identidade ruralista e de poder patronal no campo, que determinam a origem da Bancada Ruralista. Um processo histórico e nacional elaborado por meio de relações entre grupos e classes sociais, alianças, laços e redes que envolvem inclusive outras dimensões e sujeitos externos ao “[...] ruralismo” (SEVERINO, 2009, p. 11). A Bancada Ruralista¹⁴ tem uma presença recente na cena política brasileira em termos de condições de organicidade e atuação institucional por dentro do Estado brasileiro, retoma Bruno et al. (2009):

Desde que despontou, nos anos de 1980, em meio ao debate sobre a constituinte – como um dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da Nova República - a Bancada Ruralista tem-se apresentado como importante espaço de construção de identidade e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira (BRUNO et al. , 2009, p. 15).

14 Levantamento realizado pelo DIAP aponta que “[...] a 55ª Legislatura, [com] início em fevereiro de 2015, [contava] com 126 parlamentares ruralistas, sendo 109 deputados e 17 senadores. Na 54ª Legislatura eram 160 ruralistas - 142 deputados e 18 senadores. O Departamento classifica como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área de agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas” (RADIOGRAFIA..., 2014. p. 129).

Bruno reforça que o “Ruralismo como fenômeno patronal não é recente [...]” (BRUNO et al., 2009, p. 15), mas por tratar da Bancada Ruralista, deve-se considerar que ela é constituída e desse modo denominada a partir dos anos de 1980, tanto pela mídia como pelos seus próprios representantes.

É possível identificar o sentido político e econômico das pautas defendidas abertamente pela BR por meio da leitura da sua Agenda Parlamentar dos mandatos que iniciaram em 2015. Nos documentos sistematizados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em 2014, identificamos:

Entre as prioridades da bancada ruralista no Congresso Nacional a partir de 2015, destaque para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, que transfere para o Legislativo a decisão sobre a demarcação de terras indígenas (PMDB-RR) (RADIOGRAFIA..., 2014, p.130).

Entre as pautas prioritárias da Bancada Ruralista, estão estratégias precisas atuando em diversos espaços deliberativos do Congresso Brasileiro, propondo e buscando garantir mudanças regulatórias dos processos de demarcação de terras indígenas no intuito de obter maior intervenção do Congresso (leia-se: da Bancada Ruralista), bem como modificações significativas nas leis referentes ao acesso e exploração econômica de recursos naturais no Brasil. Sobre essa postura podemos fazer uma breve leitura das declarações de um deputado da BR¹⁵ sobre “As regras para demarcação de terras indígenas precisam ser revistas” (BERNARDO JUNIOR, 2017, não paginado).

Esse mesmo deputado afirmou segundo o Site de Notícias da Câmara, que “[...] o PLP 227 [Projeto de Lei Complementar] pode melhorar o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas”. Na fala do deputado:

Os indígenas têm 13% do território brasileiro, mas **não produzem nada** porque a **política errada do governo** não deixa. O PLP tem que ser aprovado para que possam ter o **direito de explorar as suas terras**

¹⁵ Deputado do PMDB-SC. Foi eleito em 19 de abril de 2017 como 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

(COLATTO, 2017 apud BERNARDO JUNIOR, 2017¹⁶, não paginado, grifo nosso).

Em texto publicado no site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) o Projeto de Lei Complementar - PLP 227 de 2013, citado pelo parlamentar – é tratado da seguinte forma:

[O PLP 227 é] Projeto de Lei Complementar proposto pelos ruralistas para definir as exceções no usufruto exclusivo de terras indígenas [definido pelo artigo 231 da Constituição Federal]. Entre elas, a utilização de áreas pelo agronegócio (SANTANA, 2013, não paginado).

Outra declaração bem expressiva do mesmo parlamentar foi feita no dia da sua posse como vice-presidente da CAPADR ao destacar a importância da comissão para a qual foi eleito:

Com certeza poderemos fazer ainda mais pelo agro brasileiro. **Priorizando a agilidade no andamento dos projetos de lei de interesse do setor, iremos garantir avanços e segurança para os produtores rurais do país** (COLATTO..., 2017, não paginado, grifos nosso).

Ouseja, a presença de deputados da BR em espaços como comissões parlamentares voltadas ao “desenvolvimento econômico” no campo tem como prioridade os interesses de uma classe, a classe dominante. Não compreende a defesa de interesse dos sujeitos que estão fora do padrão capitalista de produção, como é o caso de indígenas que ainda vivem na sua condição originária, com modos de viver não capitalistas.

O que o deputado chama de “política errada” subentende-se que se refere à exigência dos princípios constitucionais que definem a política indigenista em vigência de orientação constitucional: essa deve respeitar a diversidade e pluralidade dos modos de vida indígenas, sem impor o enquadramento, a integração aos padrões de produção e “desenvolvimento econômico” tipicamente capitalista de acumulação.

O novo paradigma da política indigenista, construído a partir da década de 1980, expressa a exigência de o Estado Brasileiro

¹⁶ A declaração do deputado do PMDB-SC consta no texto publicado em na página “Câmara Notícias” (BERNARDO JUNIOR, 2017). Ele refere-se à Manifestação de indígenas que pediam o arquivamento de propostas que transitam no Congresso.

respeitar os povos indígenas na sua diversidade cultural e de produção e reprodução social. Porém, uma visão conservadora e positivista não aceita formas originárias de produzir e viver, fora dos ditames do capital.

Na base dessa postura, estão os interesses econômicos que entram em confronto com possíveis modos de vida não capitalistas interpretados como obstáculos do avanço do agronegócio no campo brasileiro. A partir dessa realidade, a BR atua com ataques sistemáticos aos direitos dos povos indígenas afirmados na Constituição de 1988.

Souza (2016) desenvolve a hipótese do seu trabalho tendo como fio condutor da exposição da sua pesquisa “[...] a ideia de que está em andamento, no Brasil atual, a tendência à elevação da ideologia do conservadorismo à direção hegemônica das classes dominantes” (SOUZA, 2016, p. 39). Processo que constatamos em nossas breves considerações sobre nosso tema.

O conservadorismo da BR também se estende para a atuação do executivo, considerando que cargos de certos órgãos são ocupados por seus parlamentares.

Na ocasião de uma entrevista concedida à BBC Brasil no dia 06/04/2017, com o título “[...] Índios não podem ‘ficar parados no tempo’ [...]” (COSTA, 2017), o ex-presidente¹⁷ da FUNAI, um pastor evangélico do Partido Social Cristão (PSC), faz declarações próprias de uma visão combatida pelo movimento indígena e pelo próprio indigenismo progressista contemporâneo: a visão integracionista que ainda defende a integração dos índios ao padrão social e econômico vigente, como podemos perceber nos recortes da entrevista:

BBC Brasil - O sr. acha possível que a Funai tenha mais força política num momento em que a bancada ruralista no Congresso é tão influente e tem um

17 No intervalo do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016) até julho de 2017 passaram pela FUNAI seis presidentes. Após a exoneração de Antônio Fernandes Toninho Costa (PSC) [no cargo de jan. de 2017 a mai. de 2017], assume interinamente, o general do exército Franklimberg Ribeiro de Freitas [em maio de 2017]. “Em julho de 2017, [o general] foi plenamente empossado. Franklimberg é militar da reserva, tendo ingressado nas Forças Armadas em 1976, e antes de ser nomeado para a FUNAI exercia o cargo de assessor de relações institucionais do Comando Militar da Amazônia (CMA), sediado em Manaus (AM) (GALERIA... 2017, não paginado).

integrante inclusive na chefia do Ministério da Justiça?

Costa - Ao longo do tempo, a Funai adotou uma política contrária ao Congresso. Tanto que, pela primeira vez na história, nesses 50 anos da Funai, criou-se uma CPI (**Comissão Parlamentar de Inquérito**) para investigar a Funai. Se a Funai se fizer presente no Congresso, ela consegue mostrar o que é, qual sua finalidade. **Estamos nos aproximando do Congresso.** Já atendemos aqui mais de 40 deputados e senadores de todos os segmentos. **A Funai tem de ser tratada como área de segurança nacional.** Os empreendimentos hídricos no país se esgotaram, e **os grandes mananciais hídricos [restantes] estão nas terras indígenas.** Os grandes mananciais da madeira e da floresta se esgotaram ao redor das terras indígenas, e os restantes estão dentro das terras indígenas. As maiores potências minerais do país estão nas terras indígenas. **Isso é uma riqueza muito grande para o país** (COSTA, 2017, não paginado, grifos nosso).

Esse recorte textual da entrevista apresenta uma grande carga reflexiva, porém, serão apresentadas breves considerações.

Em termos históricos, a relação entre instâncias de poder e povos indígenas no Brasil sempre foi marcada pela violência e destruição física e cultural dos povos originários. Depois de séculos de genocídio e denúncias internacionais da atuação da política indigenista do Regime Militar, despontam entre os anos 1970 e 1980 a organização e formação política dos povos indígenas e a atuação de instituições não estatais com visões mais progressistas. Importante momento que possibilitou questionar e recusar a ação indigenista positivista, assimilacionista e integracionista vigente até o fim da Ditadura Militar¹⁸.

A política indigenista de viés integracionista atuou de forma muito contraditória, destruindo identidades, culturas e modos de vida peculiares dos povos indígenas com vista a promover a “integração” pela “homogeneização”. A missigenização forçada, dispersamento étnico, a proibição do uso de línguas nativas e

¹⁸ Sobre esse debate, consultar Baniwa (2012).

produção de mão de obra barata em diversas regiões do Brasil marcaram a atuação do órgão criado em 1910, atuante até final da década de 1960, o Serviço de Proteção Indígena (SPI).

A atuação do principal órgão executivo da política indigenista criado em 1967 (FUNAI), sempre foi marcada por contradições e processos reestruturativos. Uma trajetória de tensões no que se refere a posturas mais humanitárias e progressistas do indigenismo renovado existentes dentro da Fundação e forças conservadoras que disputam diversos espaços institucionais do Estado o comando das diretrizes do órgão.

Uma análise simples dos elementos introdutórios do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI/FUNAI-IN CRA 2¹⁹ (apresentado em maio de 2017 e citado por Costa na entrevista da BBC) já possibilita a identificação da postura ideológica da ação institucional parlamentar que criminalizou, por meio da CPI, trabalhos antropológicos em processos de demarcação de terras²⁰.

No Relatório da CPI encontramos, já nas primeiras páginas, a dedicatória a capitães-mores do passado colonial. Importante não esquecermos o papel que a figura histórica do capitão-mor assumiu no controle das aldeias, captura e escravidão indígena. Também não se pode esquecer a função dos bandeirantes, enquanto grupos armados que capturavam e comercializavam largamente indígenas para a escravidão, como sistematizou bem Jacob Gorender no seu livro, *Escravidão Colonial*.

Assim, fica claro que a “aproximação com o Congresso” a qual o ex-presidente da FUNAI se refere na entrevista à BBC Brasil, é essa imersão sistemática dos interesses da BR nos processos de desmonte e regressão do pouco que foi conquistado em termos formais pelos povos indígenas no Brasil. Uma busca aberta pelo controle da política indigenista e pela extinção dos direitos

19 Algo que chama a atenção para o viés conservador do texto do Relatório é uma epígrafe (apresentada na introdução) da obra mais saudosista da escravidão no Brasil e representante do conservadorismo: a obra de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Trata-se de uma citação tipicamente romântica da concepção de “união das raças” na formação social do Brasil.

20 Entre os responsáveis da CPI FUNAI-IN CRA, estão deputados da Bancada Ruralista. O presidente é parlamentar do PMDB/RS; o relator é o deputado do PSDB-MT e atual presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, entre outros ligados à BR (RELATÓRIO FINAL... 2017, capa).

indígenas significam a absoluta supressão de restrições para realização dos empreendimentos do agronegócio na exploração dos recursos naturais onde ainda resistem povos indígenas.

Em outro trecho da entrevista, Costa prossegue:

BBC Brasil - A Funai também não se afastou do Congresso porque nos últimos anos se radicalizou ali o discurso contra os indígenas e as demarcações?

Costa - Estou tendo um diálogo muito bom com todas as bancadas, inclusive a ruralista. Não vejo no ruralista aquele sentimento contra o índio. Ele tem um sentimento de defesa da sua terra, como o índio também tem. Mas ele quer que a cadeia produtiva chegue também aos índios. **Somos irmãos brasileiros** e, num momento em que o país está passando por dificuldades financeiras e políticas, não podemos ter essa guerra entre irmãos (COSTA, 2017, não paginado, grifo nosso).

Para o ex-presidente da FUNAI, “somos irmãos brasileiros”. Porém, a história apresenta as evidências: o que é real nessa relação entre índios e ruralistas, entre trabalhadores do campo e agronegócio é a luta de classe, a luta entre o conservadorismo e a visão emancipatória. A ideia de irmãos faz parte de um discurso que supõe uma conciliação entre o que é inconciliável: interesses do capital, de uma classe dominante, e interesses dos povos do campo, da classe trabalhadora.

Para o posicionamento da Nota de repúdio a essa entrevista da BBC, lançada por coletivos da USP, frases do ex-presidente da FUNAI na entrevista, como: “parada no tempo” expressa uma visão evolucionista que tem como base a “ideologia assimilacionista” trazendo-a de volta à pauta do “[...] indigenismo oficial” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017):

‘Parada no tempo’ é esta visão assimilacionista e integracionista, há muito superada pela legislação brasileira. Afirmações como essa evidenciam um vertiginoso desconhecimento dos modos de existência indígena e sobretudo, revelam a atitude equivocada de quem, ao lhes negar a capacidade de transformações históricas, lhes nega um futuro em seus próprios termos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2017, não paginado).

A Bancada Ruralista vem assumindo uma força política efetivamente favorável ao agronegócio. O afrouxamento da lei para ampliar a exploração de recursos naturais e liberação de exigências para licenciamentos de grandes empreendimentos aprofunda a violência contra os povos indígenas e exacerba os conflitos no campo²¹.

Em 2015 foram registrados no Brasil, 137 assassinatos de indígenas de 12 etnias. Desses, 36 ocorreram no Mato Grosso do Sul. “[...] os dados oficiais de homicídios em todo o país em 2015 totalizam 137 vítimas” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2015, p. 83), região onde os Guarani Kaiowá vivem em condições de extrema ameaça.

Transitam diversas iniciativas no Congresso Nacional que ameaçam não só as conquistas dos direitos indígenas, mas a própria continuidade da vida indígena no campo e nas florestas. A articulação e a organização dos povos indígenas no Brasil também crescem, unificam-se e reivindicam voz e vez nos processos decisórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos entender as contradições entre Estado, Política indigenista e demandas dos povos indígenas no Brasil sem uma análise em uma perspectiva histórica do lugar imposto aos povos indígenas neste país. Os altos índices de assassinatos de indígenas e outras lideranças no campo brasileiro cotidianamente enchem os noticiários.

Nesse cenário, diferentes instâncias e formas de organização indígena e pró-indígena vêm realizando ações de resistência com o objetivo de pressionar o Congresso e o Poder Executivo para recuar nas medidas que prejudicam, especialmente, a consolidação dos processos de demarcação de terra ainda pendentes e garanta as condições institucionais para a proteção das terras já conquistadas. Essa é uma jornada desafiadora considerando o embate de forças

²¹ Como enfatiza Oliveira, os povos indígenas “[...] estão em rota de choque com um carro-chefe da economia brasileira (o agronegócio) e com aliados políticos importantes” (OLIVEIRA, 2017, p. 03). No texto publicado no site do Instituto Socioambiental (ISA), Oliveira retoma tendências de uma nova versão da política indigenista brasileira sob a gestão militar. Adentra nos processos de execução da política indigenista contemporânea uma vertente que trata os índios como “[...] obstáculos ao desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2017, p. 03).

entre o Movimento Indígena e a Bancada Ruralista, ou seja, entre coletivos representantes de diferentes projetos de sociedade.

Há uma renovação do conservadorismo na contemporaneidade da realidade brasileira. As expressões do conservadorismo aqui apresentadas nos convidam a pensar a própria formação e o significado social do Estado e dos governos no Brasil, bem como a natureza contraditória das leis na sociedade burguesa, seus limites e suas contradições. Esse é um desafio para os povos indígenas, o fortalecimento da unidade e a construção de uma identidade junto à luta da classe trabalhadora no fortalecimento da resistência contra o avanço do agronegócio no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In.: RAMOS, Alcida Rita.

Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BERNARDO JUNIOR, Lúcio. Em manifestação, indígenas pedem o arquivamento de propostas hoje no Congresso. **Agência Câmara Notícias**, Brasília (DF), 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/530497-em-manifestacao,indigenas-pedem-o-arquivamento-de-propostas-hoje-no-congresso.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

BRUNO, Regina et al.. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica: EDUR, 2009.

COLATTO é eleito vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Florianópolis: PMDB-SC, 19 abr. 2017. Disponível em: <<http://pmdb-sc.org.br/colatto-e-eleito-vice-presidente-da-comissao-de-agricultura-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil:** dados de 2015. São Paulo, 2015.

COSTA, Antônio. Índios não podem ‘ficar parados no tempo’,

diz novos chefe da Funai. Entrevistador João Fellet. **BBC Brasil**, Brasília (DF), 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39510285>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

COUTINHO, C. N. Prefácio. In: ESCORSIM NETTO, Leila. **Conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

CHIAZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ESCORSIM NETTO, Leila. **Conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

GALERIA DOS PRESIDENTES DA FUNAI. **Povos Indígenas no Brasil**, Portal do Instituto Socioambiental (ISA), 2017. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/galeria-dos-presidentes-da-funai>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

IASI, Mauro Luís. De onde vem o conservadorismo? **Blog da Boitempo**, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Regime Tutelar e Gestão Militar**. 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/portaria_541-mj-jpo_joao_pacheco.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

NETTO, Leila Escorsim. **Conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

RADIOGRAFIA do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Brasília (DF): Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014. (Estudos Políticos do DIAP).

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO FUNAI-INCRA 2. 2017. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/CPI/RELAT%C3%93RIO%20CPI%20FUNAI-INCRA%202.pdf>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.

SANTANA, Renato. **Autores do PLP são financiados por empresas beneficiadas pelo teor do projeto**. [S.l.]: Articulação

dos Povos Indígenas do Brasil, 2013. Disponível em: <<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/category/plp-227/>>. Acesso em: 20 junho de 2017.

SEVERINO, Cláudio Francisco. Prefácio – Repensando o mito dos “dois Brasis”. In.: BRUNO, Regina et al.. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica: EDUR, 2009.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

SOUZA, Jamerson Murillo Anúnciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anúnciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Nota de Repúdio** do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/USP), do Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas e do SAJU Tuíra (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP) às afirmações do presidente da Funai Antônio Costa (entrevista: “Índios não podem ‘ficar parados no tempo’”), 2017. Disponível em: <<http://200.144.182.130/cesta/index.php/noticias/345-nota-de-repudio>>. Acesso em: 12 de junho de 2017.